

O custo de legislar devagar sobre terras raras



» PHILIPPE MOURA
Professor convidado da Fundação Dom Cabral e diretor de Estratégia da Eurasia Group para Brasil e América Latina

A ordem geopolítica se fragmentou e, em um mundo de cadeias de suprimento sob risco, os ativos duros ganharam peso estratégico. As terras raras estão no centro dessa disputa, presentes em chips, inteligência artificial (IA), transição energética e defesa. O Brasil detém cerca de 25% das reservas conhecidas do mundo, segundo o USGS, mas responde por menos de 1% da extração: o país é um gigante adormecido diante de uma corrida que já começou.

O projeto de lei que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos perdeu força no Senado e deve ficar para depois do recesso, preso ao embate conjuntural entre o Planalto e o comando da Casa. O impasse é político, mas o custo é econômico. O calendário do investimento não necessariamente acompanha o ritmo legislativo, e cada trimestre de indefinição pesa para quem decide agora onde alocar capital.

Precisamos lembrar que o país corre atrás de uma agenda que lá fora já está mais avançada. A União Europeia mobiliza recursos no plano RE-SourceEU para reduzir dependências até 2029, os

Estados Unidos testam estoques, coalizões e pisos de preço; e Austrália, Canadá e Japão fecham acordos em série. A janela de oportunidade existe, com vários desses países vendo o Brasil como uma boa alternativa à China em terras raras. Mas ela não ficará aberta indefinidamente.

Há outra razão que ajuda a justificar a pressa, ainda que menos urgente: os 25% das reservas mundiais que mencionei acima retratam apenas o que se conhece hoje, e o mapa geológico global é função de quanto se investe em prospecção. A vantagem geológica do Brasil é, em boa parte, herança de décadas em que pouca gente se deu ao trabalho de buscar com afinco. Por óbvio: o preço pouco atrativo e o beneficiamento concentrado em um único ator não justificavam a conta da exploração. O mesmo apetite que agora volta os olhos para o Brasil também vai considerar financiar a busca por novas jazidas mundo afora, e cada descoberta relevante dilui a fatia brasileira no total conhecido. Quanto mais o Brasil demora a converter reserva em posição, mais espaço abre para que outros encurtem a distância.

Quanto à Política Nacional, a maior preocupação do setor com o PL é a insegurança jurídica. O relatório cria um Conselho Nacional com poder de examinar e barrar transações consideradas estratégicas, com parte do escopo dependente de regulamentação futura. As mineradoras pedem critérios mais objetivos na lei, uma demanda compreensível para investimentos que levam pelo menos anos para maturar. A supervisão estatal sobre ativos estratégicos é legítima,

mas, exercida sem parâmetro claro, pode afastar o capital de ciclo longo.

Por outro lado, isso não significa que o investimento dependa da lei. A USA Rare Earth comprou a Serra Verde por cerca de US\$ 2,8 bilhões, com fornecimento contratado por 15 anos, antes mesmo de o projeto avançar. O exemplo ilustra que a lei pesa menos sobre a chegada do investimento (a tendência é que ele venha, e já existem outras negociações de investidores americanos em outros estados brasileiros) e mais sobre o seu destino, ao definir se o país atrairá recursos apenas para a mina ou também as etapas de beneficiamento.

Estrategicamente, o maior valor da cadeia não está na jazida, mas, sim, na separação química e na fabricação de ímãs, hoje concentrada na China, que responde por cerca de 90% do refino global. Ter vantagem geológica é relevante, assim como esforços notáveis de P&D — sediamos o único laboratório de ímãs de terras raras no Hemisfério Sul —, mas isso não se converterá espontaneamente em vantagem econômica.

Trata-se, afinal, de um mercado que ainda segue pequeno, que provavelmente terá poucos vencedores. Quem consolidar o beneficiamento primeiro pode fechar a porta aos demais. Nesse ínterim, a cadeia global já está em processo de reorganização — com ou sem o Brasil. De minha parte, aposto que estaremos, sim, inseridos nessa cadeia. O que segue em aberto é o tamanho dessa posição, que depende, em parte, de o país tratar a segurança jurídica para o investimento como prioridade.



O mandato passa. O patrimônio permanece



» RICARDO HUMBERTO ROCHA
Coordenador dos programas de finanças do Insuper

A medida que as eleições de 2026 se aproximam, cresce também uma velha ansiedade nacional. Multiplicam-se as projeções sobre inflação, juros, dólar, Bolsa de Valores e crescimento econômico. Empresas revisam cenários, investidores acompanham pesquisas eleitorais e famílias se perguntam se este é o momento de comprar, vender, esperar ou mudar seus planos.

É uma reação compreensível. As eleições importam. Um novo governo pode acelerar reformas, fortalecer a confiança, melhorar o ambiente de negócios e estimular investimentos. Também pode adiar decisões importantes, ampliar incertezas e comprometer o equilíbrio das contas públicas. Ignorar a influência da política sobre a economia seria ingenuidade.

Mas existe um risco que costuma receber menos atenção. O de transformar cada eleição em motivo para abandonar um planejamento construído durante anos.

O presidente que assumirá o Brasil em janeiro de 2027 encontrará desafios conhecidos. A dívida pública continuará exigindo responsabilidade. As despesas obrigatórias seguirão pressionando o orçamento. O envelhecimento

da população ampliará a demanda por Previdência e saúde. Ao mesmo tempo, permanecerá a necessidade de investir em infraestrutura, educação, segurança pública e inovação para aumentar a produtividade e sustentar o crescimento econômico. Quem vencer as eleições escolherá os caminhos. Não poderá eliminar os desafios.

Para as famílias, entretanto, a pergunta costuma ser outra. Como proteger e ampliar o patrimônio em um ambiente no qual a única certeza é a existência da incerteza? A experiência brasileira ensina que vale a pena desconfiar das respostas simples. Em praticamente todas as eleições das últimas décadas, surgiram previsões categóricas sobre o futuro da economia. Em alguns momentos, predominava a convicção de que o país viveria um longo período de prosperidade. Em outros, anunciava-se uma crise inevitável. Alguma expectativa se confirmaram. Muitas foram revistas diante de acontecimentos que ninguém antecipava quando a campanha eleitoral ainda ocupava as manchetes.

Porque a economia nunca depende apenas das urnas. Ela responde também ao cenário internacional, à política monetária, aos avanços tecnológicos, à produtividade, às decisões de empresas e consumidores, às transformações demográficas e aos imprevistos que inevitavelmente surgem ao longo do caminho. Essa é uma boa lembrança para quem administra o patrimônio da família.

Planejamento financeiro não consiste em descobrir o futuro. Consiste em preparar-se para

diferentes futuros possíveis. Quem organiza seus investimentos supondo que apenas um cenário acontecerá faz uma aposta. Quem reconhece que o futuro é incerto procura construir uma estratégia capaz de atravessar diferentes governos, diferentes ciclos econômicos e diferentes momentos dos mercados.

Essa, talvez, seja a maior diferença entre reagir aos acontecimentos e planejar. Projetos de governo têm duração limitada. Projetos de vida, não. Quem investe para garantir a educação dos filhos, comprar um imóvel, construir uma aposentadoria ou preservar o patrimônio da família está tomando decisões que produzirão efeitos durante décadas. Esse horizonte ultrapassa vários mandatos presidenciais.

Os investidores que conseguiram construir patrimônio ao longo do tempo não foram, necessariamente, aqueles que acertaram todas as previsões eleitorais. Foram, sobretudo, aqueles que evitaram reconstruir sua estratégia a cada mudança no cenário político ou econômico. Compreenderam que disciplina, diversificação e visão de longo prazo costumam produzir resultados mais consistentes do que decisões tomadas sob o impacto das manchetes.

As eleições definirão quem governará o Brasil a partir de 2027. Essa escolha será decisiva para o país. A construção do patrimônio das famílias, porém, continuará dependendo de algo que nenhuma eleição é capaz de substituir: planejamento, disciplina e capacidade de manter o rumo mesmo quando o ambiente político muda.

Porque o mandato passa. O patrimônio permanece.

Tecnoferência: o impacto silencioso dos smartphones no desenvolvimento infantil



» ANDRÉA JÁCOMO
Pediatra, professora de medicina do Ceub e coordenadora do Departamento de Pediatria Ambulatorial da Sociedade de Pediatria do DF

Tecnoferência, já ouviu falar? Das palavras novas que, aos poucos, vão entrando no nosso dicionário, esse termo científico descreve um fenômeno cada vez mais comum nas famílias brasileiras: as interrupções nas interações entre pais e filhos causadas por smartphones, tablets e outros dispositivos digitais. Enquanto checamos mensagens durante o jantar, respondemos e-mails ao mesmo tempo em que brincamos com nossos filhos, ou nos distraímos com notificações durante conversas importantes, criando um padrão de desatenção que pode ter consequências significativas para o desenvolvimento das crianças.

Uma meta-análise publicada em 2025 no *Jama Pediatrics*, revista científica de grande impacto, reuniu 21 estudos com quase 15 mil participantes de 10 países e revelou dados preocupantes: o uso de tecnologia pelos pais na presença dos filhos está associado a pior desenvolvimento cognitivo, vínculos afetivos mais frágeis, além de mais problemas de comportamento internalizantes (como ansiedade) e externalizantes (como agressividade e hiperatividade). A pesquisa também mostrou que crianças expostas à tecnoferência passam significativamente mais tempo em frente às telas.

O mecanismo por trás desses impactos é relativamente simples, mas profundo. Quando os pais estão frequentemente distraídos por dispositivos, as tentativas das crianças de interagir ou buscar atenção são recebidas com respostas atrasadas, superficiais ou ausentes. Essa inconsistência na resposta social priva as crianças de interações de alta qualidade, sustentadas e recíprocas, essenciais para o desenvolvimento de habilidades cognitivas fundamentais, incluindo funções executivas como memória, atenção e controle inibitório. Mais de 70% dos pais usam tecnologia enquanto brincam ou durante as refeições com seus filhos, e 89% relatam se envolver em tecnoferência pelo menos uma vez por dia.

Esse fenômeno guarda semelhanças com outro termo que também entrou recentemente no nosso vocabulário: "brainrot", apodrecimento cerebral, usado para descrever os efeitos do consumo excessivo de conteúdo digital de baixa qualidade. Estudos mostram que tempo excessivo de tela está associado a dificuldades cognitivas significativas. Uma pesquisa com mais de 17 mil adolescentes americanos revelou que aqueles com comportamento excessivo de tempo de tela tiveram 28% mais chances de relatar dificuldades sérias de concentração, memória e tomada de decisões. As evidências neurocientíficas reforçam essas preocupações. Revisões sistemáticas demonstram que exposição precoce a telas está correlacionada com atrasos no desenvolvimento da linguagem, problemas de aprendizagem em matemática, leitura e escrita, deficits motores finos e grossos, atrasos socioemocionais, comportamento agressivo e aumento do risco de autolesões.

Mas, muita calma nessa hora. Há esperança. As famílias podem adotar estratégias práticas e baseadas em evidências para reduzir a tecnoferência e proteger o desenvolvimento infantil. Tanto a Sociedade Brasileira de Pediatria quanto a Academia Americana de Pediatria recomendam criar "zonas livres de telas" em casa e estabelecer "horários livres de telas" durante as refeições, uma hora antes de dormir e durante a lição de casa. A indicação é desenvolver um Plano Familiar de Mídia, que estabeleça limites claros para todos os membros da família, não apenas as crianças. As recomendações atuais sugerem evitar telas antes dos 24 meses, limitar a uma hora diária de conteúdo de alta qualidade para crianças de 2 a 5 anos e criar limites individualizados para crianças maiores. Quando o uso de telas for inevitável, a ideia é priorizar o conteúdo educativo de qualidade e procurar assistir junto, interagindo sobre o conteúdo exibido. Outra medida fundamental é a mudança de postura dos pais: reduzir o próprio uso de dispositivos na presença dos filhos não apenas diminui o impacto negativo, mas também ensina hábitos saudáveis.

Tecnoferência não é apenas mais uma das tantas palavras novas que vamos incorporando com os avanços dos estudos sobre o impacto das telas, mas um fator modificável que afeta o desenvolvimento cerebral, emocional e social das crianças. Ao reconhecer esse impacto e implementar mudanças conscientes em nossos hábitos, podemos proteger os momentos de conexão que são fundamentais para o crescimento saudável de nossos filhos.